

ESTADO DE SÃO PAULO

PROJETO DE LEI

"Dispõe sobre as diretrizes para a aplicação de multa em casos de descumprimento da obrigação de limpeza de terrenos urbanos não edificados, após notificação oficial."

Art. 1°. Esta Lei estabelece diretrizes para a aplicação de penalidade ao proprietário ou possuidor de imóvel urbano não edificado no Município de Itanhaém, que, mesmo após os procedimentos de notificação e prazos regularmente definidos e publicados pelo Poder Executivo no Diário Oficial, não tenha realizado a devida limpeza e manutenção do terreno, conforme previsto na legislação municipal vigente, incluindo o Código de Posturas, a Lei de Zoneamento e demais normas correlatas.

Art. 2°. Será considerada passível de penalidade administrativa a inércia do proprietário ou possuidor que:

I – tenha sido formalmente notificado pela autoridade
 competente do Executivo Municipal por meio do Diário Oficial do Município;



Câmara Municipal da Estância Balneária de Itanhaém estado de são paulo

II – tenha transcorrido o prazo regulamentar pelo Executivo sem que tenha sido executada a limpeza e conservação adequadas do terreno, conforme os critérios já definidos em regulamentações municipais vigentes.

Art. 3°. A multa será aplicada pelo Poder Executivo Municipal, que também definirá:

I – o valor da penalidade, respeitando os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, conforme o Código Tributário Municipal;

II – a inclusão da multa na Dívida Ativa do Município, caso não haja pagamento espontâneo;

III – o órgão competente para fiscalização, apuração e lançamento da penalidade.

Art. 4°. Fica a critério do Poder Executivo Municipal a definição da destinação dos valores arrecadados com as multas, podendo ser utilizados em programas e ações de zeladoria urbana, meio ambiente, saúde pública ou outras áreas de interesse coletivo, por ato próprio.

Art. 5°. O Poder Executivo poderá regulamentar esta Lei por meio de decreto ou norma complementar, observadas as competências previstas na Lei Orgânica Municipal.

Art. 3°. As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 4°. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.



ESTADO DE SÃO PAULO

Sala "Dom Idílio José Soares", 19 de maio de 2025.

Daniel Machado Vereador

Fone/Fax (13) 3421-4450



ESTADO DE SÃO PAULO

JUSTIFICATIVA

O presente Projeto de Lei tem por objetivo complementar a legislação

municipal vigente no que tange à manutenção de terrenos urbanos não

edificados, sem interferir nas competências privativas do Poder Executivo, mas

oferecendo diretrizes claras para a penalização de condutas omissas que colocam

em risco a saúde pública, a segurança e o ordenamento urbano da cidade.

Já existe em Itanhaém mecanismo regulamentado de notificação por meio

do Diário Oficial, conforme demonstrado em diversas publicações oficiais. O

que se propõe, portanto, é uma resposta administrativa à inércia do proprietário,

por meio de multa proporcional e inserção em dívida ativa, contribuindo para o

cumprimento da função social da propriedade urbana, conforme preceitua o

Estatuto da Cidade (Lei Federal nº 10.257/2001).

Além disso, o projeto se fundamenta no Art. 9°, incisos XIII e XIV da Lei

Orgânica de Itanhaém, que atribuem ao Município o dever de planejar e

executar ações voltadas à urbanização e ao uso adequado do solo, e na

competência conferida pela Constituição Federal, Art. 30, I, que garante ao

município legislar sobre assuntos de interesse local.

A aplicação de penalidades em casos de descumprimento, além de ser uma

medida educativa e coercitiva, favorece a preservação ambiental, a dignidade

Fone/Fax (13) 3421-4450



ESTADO DE SÃO PAULO

urbana e a valorização dos bairros, gerando um impacto positivo direto na qualidade de vida da população.

Sala "Dom Idílio José Soares", 19 de maio de 2025.

Daniel Machado Vereador

Fone/Fax (13) 3421-4450

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi assinado eletronicamente e pode ser acessado no endereço /autenticidade utilizando identificador 370036003000320039003A005000	0
Assinado eletronicamente por DANIEL COLAÇO MACHADO em 09/05/2025 11:37 Checksum: 4074753B6999748B0CD28BCF16588A203C4AFEB6D96F24B20EF29140CCF7EEF8	